

CAMPANHA NACIONAL DOS BANCÁRIOS 2016

BANCÁRIOS NÃO ACEITAM DESCULPAS. QUEREM AUMENTO REAL!

Os bancários reunidos na 18ª Conferência Nacional da categoria, realizada entre os dias 29 e 31 de julho, em São Paulo, decidiram que não vão aceitar o fim da política de aumentos reais de salários. Faz 12 anos que a categoria tem seus salários reajustados acima da inflação. Para a Campanha Nacional 2016, os bancários aprovaram índice de reajuste salarial de 14,78% (aumento real de 5% mais inflação projetada em 9,31%). A conferência reuniu bancários de todo o país para a definição da pauta de reivindicações da Campanha Nacional da categoria, a ser entregue para a federação dos bancos (Fenaban) no dia 9 de agosto.

"Se considerarmos apenas os cinco maiores bancos do país (Bradesco, Itaú, Santander, Caixa e Banco do Brasil), ve-

remos que eles obtiveram lucro de R\$ 13,1 bilhões no primeiro trimestre de 2016. Eles ganham muito. Têm plenas condições de atender as reivindicações da categoria", afirma a presidenta da Federação dos Bancários da CUT de São Paulo (FETEC-CUT/SP), Aline Molina.

Os dados sobre o setor financeiro deixam claro que, com crise ou sem crise econômica, os bancos obtêm altos lucros. "Com os resultados que apresentam, independentemente da conjuntura, não podem usar o argumento de que o país vive uma crise econômica para rejeitar nossas propostas. Nós, bancários, trabalhamos para que os bancos obtenham estes resultados e queremos ser reconhecidos pelo nosso trabalho", enfatiza a presidenta da FETEC-CUT/SP.

PRIORIDADES

Reajuste de 14,78% (inflação estimada mais aumento real de 5%), combate ao assédio moral, fim das metas abusivas, mais empregos e fim das demissões são algumas das prioridades da Campanha Nacional dos bancários, que reivindicam ainda o piso de R\$ 3.940,24, com base no salário mínimo do Dieese; Participação nos Lucros e Resultados (PLR) de três salários mais R\$ 8.317,90 de parcela fixa adicional; e décimo quarto salário.

A conferência também acrescentou uma cláusula à Convenção Coletiva de Trabalho da categoria para garantir melhores condições de trabalho nas Agências Digitais, incluindo garantias em termos de emprego e jornada, fim da sobrecarga de trabalho e maior remuneração.

PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES

Reajuste de 14,78%, sendo 5% de aumento real, além da inflação de 9,31%;

PLR de três salários mais R\$ 8.317,90 de parcela fixa adicional;

Piso de R\$ 3.940,24 (salário mínimo do Dieese);

14º salário;

Vales alimentação, 13ª cesta e auxílio-creche/babá no valor de R\$ 880,00 (salário mínimo nacional);

Vale-refeição de R\$ 40,00 ao dia;

Fim das metas abusivas e assédio moral;

Fim das demissões, mais contratações, combate às terceirizações e precarização das condições de trabalho;

Adoção da Convenção 158 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que coíbe dispensas imotivadas;

Medidas de segurança, com, no mínimo, dois vigilantes durante o expediente e instalação de biombos nos caixas.





VOZ DOS BANCÁRIOS

Reivindicações são fruto de consulta à categoria e decisões desde a base

A categoria bancária é a única em todo o país que realiza uma campanha nacional e possui uma Convenção Coletiva Nacional. As conquistas da categoria valem para todo o Brasil. A pauta de reivindicações a ser entregue a cada campanha à Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) leva em conta a convenção coletiva construída no decorrer de muitos anos. As alterações são realizadas após ampla consulta aos bancários de todo o país.

Os sindicatos filiados à Federação dos Bancários da

CUT de São Paulo (FETEC-CUT/SP) realizaram a consulta aos trabalhadores das agências de suas bases para saber a opinião da categoria sobre diversos temas, entre eles, qual o índice de reajuste a ser reivindicado.

Após a consulta à categoria, foram cinco conferências regionais na base da FETEC-CUT/SP. Posteriormente, foi realizada, em São Paulo, a 18ª Conferência Estadual, que definiu a pauta de reivindicações levadas para a Conferência Nacional da categoria.



DIREITOS AMEAÇADOS

Projetos atacam direitos dos trabalhadores

O número de deputados e senadores da atual legislatura que teve suas campanhas financiadas por empresas é o maior desde a redemocratização do país. O golpe para derrubar a presidenta Dilma Rousseff da Presidência da República foi uma mostra do que esse Congresso Nacional é capaz de fazer para tentar impedir o avanço dos direitos sociais dos trabalhadores e garantir, em privilégio de poucos, a continuidade da desigualdade socioeconômica no país.

Ou seja, o golpe que está acontecendo não é apenas contra a presidenta Dilma. O golpe é contra todos os traba-

lhadores. Contra as pessoas que mais necessitam de políticas sociais do governo. O golpe visa impedir qualquer avanço social da classe trabalhadora e dos movimentos sociais. Mais do que isso, busca a redução de todos os direitos conquistados nos últimos anos.

Um levantamento feito pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) apontou a existência de 55 projetos que compõem um conjunto de leis que visam retirar direitos e impedir avanços sociais e trabalhistas.

Querem abrir a possibilidade de as empresas contratarem trabalhadores terceiri-

zados de forma irrestrita. Seria a precarização total das condições de trabalho, com redução de direitos trabalhistas. Na área pública, significa o fim dos concursos. Também querem tirar o poder dos sindicatos, permitindo que as empresas negociem diretamente com os trabalhadores, enfraquecendo as negociações salariais. Esse projeto, somado aos que dão prevalência do negociado sobre o legislado e o que impede que os trabalhadores busquem seus direitos na Justiça do Trabalho, significaria o fim da CLT. O fim de todos os direitos dos trabalhadores. Na Previdência, também querem promover diversas alterações,

entre elas, impor uma idade mínima para a aposentadoria, estendendo o tempo de trabalho. Aprovados estes projetos, os patrões poderão negociar com os trabalhadores com um facão na mão. Quem aceitar o que eles quiserem terá o emprego, quem não aceitar será dispensado.

A classe trabalhadora e os movimentos sociais precisam se unir para enfrentar os ataques que estão em andamento e vão prejudicar, ainda mais, a vida dos trabalhadores. Somente com muita união e muita luta será possível se contrapor aos golpes que estão por vir. Só a luta te garante!

EMPREGO

Categoria exige fim das demissões e mais contratações

Entre o primeiro trimestre de 2015 e o primeiro trimestre de 2016, deixaram de existir 11.305 postos de trabalho nos bancos brasileiros. No Bradesco, são 3.581 postos de trabalho a menos. No Itaú, 2.902. Na Caixa, 3.305, e, no Banco do Brasil 1.749. Somente no Santander houve o aumento 232 de postos de trabalho.

Em contraposição à redução de empregos, o que não para de crescer são as tarifas sobre a prestação de serviços bancários. No primeiro trimestre, mais uma vez, estas receitas superaram as despesas com pessoal.

No Bradesco, por exemplo, a arrecadação com taxas de serviços cresceu 9,6%. Mas, é no Itaú que a relação entre receitas com serviços e despesa com pessoal gerou, no período, o maior lucro para o banco. No primeiro trimestre, a arrecadação com taxas de serviços foi 64,5% maior do que os gastos com funcionários. No Santander foi 45% maior e no Bradesco 37,1%.

Os bancários são massacrados pelas metas abusivas, horários de trabalho estendido, filas intermináveis... trabalham para gerar lucro aos bancos.

Por isso, nós bancários não aceitamos demissões. Ao contrário, queremos mais contratações, definição participativa das metas, melhores condições de trabalho, atenção à saúde... Os clientes pagam altas taxas, porém com a política de redução de postos de trabalho promovida pelos bancos, o atendimento se torna cada vez mais precário sobrecarregando os trabalhadores.